

82 - Projeto de lei Complementar 25/2016 - Deputada Defensoria Pública do Estado - Altera a Lei Complementar nº 988, de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado. - Deputado Marcos Zerbini - favorável

83 - Projeto de lei Complementar 29/2016 - Deputado Léo Oliveira - Inclui o município de Terra Roxa na Região Metropolitana de Ribeirão Preto. - Deputado Marcos Zerbini - contrário

84 - Projeto de lei Complementar 32/2016 - Deputado Léo Oliveira - Inclui o município de Porto Ferreira na Região Metropolitana de Ribeirão Preto. - Deputado Marcos Zerbini - contrário

85 - Projeto de lei Complementar 33/2016 - Deputado Léo Oliveira - Inclui o município de Taquaritinga na Região Metropolitana de Ribeirão Preto. - Deputado Marcos Zerbini - contrário

86 - Projeto de lei Complementar 35/2016 - Deputado Chico Sardelli - Autoriza o Poder Executivo a regulamentar a apostentadoria especial das Guardas Municipais. - Deputado Antonio Salim Curiati - favorável

87 - Projeto de lei Complementar 36/2016 - Deputada Marcia Lia - Dispõe sobre a prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, Lei 10.261 de 1968. - Deputado Marcos Zerbini - contrário

88 - Proposta de emenda à Constituição 9/2015 - Deputado Coronel Telhada e outros. - Altera os artigos 23, 24, 74, 79-B, 80, 81, 138, 139, 141, 142, Seções III, IV, V e VI do Capítulo III do Título III e acrescenta artigos 63 a 69 nos Atos de Disposições Transitórias da Constituição do Estado, objetivando desmembrar o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar. - Deputado Marcos Zerbini - favorável - M.Z., M.V., C.C.

89 - Proposta de emenda à Constituição 16/2015 - Deputado Itamar Borges e outros. - Acrescenta o item 2 ao § 3º do artigo 24 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a iniciativa das leis complementares e ordinárias. - Deputado André Soares - favorável

90 - Proposta de emenda à Constituição 4/2016 - Deputado Campos Machado e outros. - Inclui o § 6º no artigo 24 da Constituição do Estado de São Paulo, com o objetivo de atribuir a denominação de próprio público concorrentemente à Assembleia Legislativa e ao Governador do Estado. - Deputado Marcos Zerbini - favorável

91 - Moção 35/2016 - Deputada Clélia Gomes - Aplaud e Ministério da Educação e Cultura, a Fundação Cultural Palmares e o embaixador do Projeto, o cantor e compositor Arlindo Cruz, pela Campanha "Filhos do Brasil", que combate a intolerância religiosa no Brasil. - Deputado Antonio Salim Curiati - propondo redação final

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

92 - Projeto de lei 53/2016 - Deputado Gil Lancaster - (CONCLUSIVA) Declara de utilidade pública o "Grupo de Apoio de Integração Social de Barueri", naquele Município. - Deputado Professor Auriel - favorável

93 - Projeto de lei 223/2016 - Deputado Professor Auriel - (CONCLUSIVA) Declara de utilidade pública a "Associação Semente de Amanhã", com sede em Guarulhos. - Deputado Geraldo Cruz - favorável

94 - Projeto de lei 542/2016 - Deputado Carlos Neder - (CONCLUSIVA) Declara de utilidade pública a "Associação Maestro Custódio Possidônio Martins", em Apiaí. - Deputado Carlos Ceazar - favorável

Para ciência:

Item 95 - Ofício nº 430/2016 procedente da Câmara Municipal de Mauá, encaminhando cópia de Moção de Apelo ao Presidente da República, ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara dos Deputados, pela legalização das Casas de Bingo em todo o território brasileiro.

Item 96 - Ofício nº 5529/2016-D procedente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, encaminhando cópia de Moção de Apoio à nomeação de mais defensores públicos, aprovados em concurso, para benefício da população do Estado.

Item 97 - Ofício Circular nº 200-2016, procedente da Câmara Municipal de Manduri, encaminhando cópia do Requerimento nº 0073/2016 aprovado naquela Casa, o qual manifesta apoio pela aprovação da Lei que institui dez medidas contra a corrupção.

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO COMUNICADO

COMUNICO às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados abaixo relacionados, membros deste Órgão Técnico, a realização de uma Reunião Ordinária dia 26/10/2016, quarta-feira, às 14:30 horas, no Plenário Tiradentes, com a finalidade de apreciar a pauta anexa.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Carlião Pignatari	PSDB	Celino Cardoso
João Caramaz	PSDB	Orlando Morando
Vaz de Lima	PSDB	Roberto Engler
João Paulo Rillo	PT	Beth Sahaó
Teonílio Barba	PT	Geraldo Cruz
Estevam Galvão	DEM	Cezinha de Madureira
Orlando Bolçone	PSB	Ed Thomas
Edson Giriboni	PV	Reinaldo Alguz
Léo Oliveira	PMDB	Jooji Hato
Coronel Camilo	PSD	Marta Costa
Paulo Correa Jr	PEN	(vago)

Sala das Comissões, em 24/10/2016.

Deputado Vaz de Lima - Presidente

PAUTA

13ª Reunião Ordinária - 26 de Outubro de 2016, às 14:30 horas, no Plenário Tiradentes

1 - Processo 661/2015 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. CG.C.DER 500/2015 - TC-036656/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Ticket Serviços S.A. - Deputado Edson Giriboni - que reconhece a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, para que sejam adotadas as medidas cabíveis, com posterior arquivamento dos autos

2 - Processo 5363/2015 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. C.ECR 701/2015 - TC-001768/004/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" -UNESP - Campus de Assis-Faculdade de Ciências e Letras e a empresa Elgel-Eletricidade e Engenharia Ltda. - Deputado Coronel Camilo - que reconhece a decisão do TCE, solicita envio de ofício ao MP, para adoção das medidas cabíveis, com posterior arquivamento dos autos - J.P.R.

3 - Processo 8470/2015 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. CGC.ARC nº 1665/2015 - TC - 015621/026/07; Deu provimento parcial ao Recurso Ordinário contra o Acórdão que julgou irregulares o pregão presencial, o contrato e ilegais as despesas decorrentes do contrato celebrado entre o Hospital e Maternidade Interlagos e Terra Azul Alimentação Coletiva e Serviços Ltda. - Deputado Coronel Camilo - que reconhece a decisão do TCE e, uma vez q não cabe mais a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, para adoção das medidas cabíveis, e posterior arquivamento dos autos - T.B.

4 - Processo 703/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. CGCRRM 3338/16 - TC-24703/026/11 - Representação apontando irregularidades no Pregão Eletrônico nº 20/2011, realizado pela Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Serviços de Saúde - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas. - Deputado Paulo Correa Jr - que reconhece a decisão do TCE, que julgou procedente a representação apresentada e, conseqüentemente, irregulares o pregão eletrônico e o contrato; solicita envio de ofício ao MP e à PGE, com posterior arquivamento dos autos - J.P.R.

5 - Processo 871/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. GCRMC 184/2016 - TC-024023/026/06 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e o Consórcio Concremat - Cobrape II. - Deputado Coronel Camilo - que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos

6 - Processo 873/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. CGCRRM 164/2016 - TC-42479/026/06 - Julgou irregular o contrato celebrado entre o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE e a empresa Input Center Informática Ltda. - Deputado Coronel Camilo - que concorda com a decisão do TCE, solicita envio de ofício ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos - J.P.R.

7 - Processo 1771/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. CGC.ARC 400/2016 - TC-39418/026/08 - Julgou irregulares os Termos Aditivos de nºs 02, 03 e 04 e toma conhecimento do Termo de Encerramento do contrato entre a Companhia Energética de São Paulo - CESP e a empresa Ricsan - Comércio e Serviços de Informática Ltda. - Deputado Paulo Correa Jr - que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos

8 - Processo 1843/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. C.CCM 850/2016 - TC-39715/026/12 - Julgou irregulares o convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Associação Hospitalar de Bauru. - Deputado Paulo Correa Jr - que reconhece a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos

9 - Processo 1966/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. C.CCM 1143/2016 - TC-2216/003/09 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP e a empresa EB-Alimentação Escolar Ltda. - Deputado Paulo Correa Jr - que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos

10 - Processo 2079/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. C.ECR 460/2016 - TCs - 001640/989/13-3, 001381/989/12-8, 003188/989/14-9 e 003190/989/14-5 - Julgou irregulares o pregão presencial nº 08/2012 celebrado entre a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP com a empresa Macpel Máquinas de Construção e Peças Ltda. - Deputado Paulo Correa Jr - que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos

11 - Processo 2199/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. C.CCM 1389/2016 - TC-31284/026/10 - Julgou irregular o Termo de Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro. - Deputado Coronel Camilo - que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

12 - Projeto de decreto legislativo 4/2016 - Comissão de Finanças e Orçamento e Planejamento - (CONCLUSIVA) Considera regulares, nos autos do processo TC-2069/005/06, a Concorrência Pública e o Contrato firmado entre a Unesp - Campus de Presidente Prudente e a Prudesan - Engenharia e Comércio Ltda. - J.P.R., O.B., T.B.

13 - Projeto de decreto legislativo 5/2016 - Comissão de Finanças e Orçamento e Planejamento - (CONCLUSIVA) Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado prolatada no processo TC- 008568/026/06, que julgou irregular o Contrato celebrado entre a CETESB - Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental e a empresa Ainyl - Soluções Ltda. - J.P.R., O.B., T.B.

14 - Projeto de decreto legislativo 6/2016 - Comissão de Finanças e Orçamento e Planejamento - (CONCLUSIVA) Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado prolatada no processo TC-95/008/08, que julgou irregular o Contrato celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública - Polícia Militar do Estado - 33ª Batalhão de Polícia Militar do Interior e a empresa Constreng Construções e Engenharia Ltda. - J.P.R., O.B., C.C., T.B.

15 - Moção 112/2015 - Deputado André do Prado - (CONCLUSIVA) Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei Complementar nº 366, de 2013, seja apreciado e aprovado com a máxima celeridade possível. - Deputado Orlando Bolçone - favorável - J.P.R., T.B.

PARA DELIBERAÇÃO:

13 REQUERIMENTOS, recebidos em 31/3/16, de autoria do Deputado José Zico Prado, Líder do PT e Bancada, para CONVOCAÇÃO das seguintes autoridades,funcionários públicos e cidadãos:

Item 16 - Secretário de Estado da Educação, Sr. José Renato Nalini, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual da Educação, para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015; sobre o ônus que as revelações da Operação Alba Branca está provocando na Educação e sobre as medidas que estão sendo adotadas face aos fatos revelados".

Item 17 - Ex-Secretário de Estado da Educação, Prof. Herman Jacobus Cornelis Voorwald, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual da Educação, para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015".

Item 18 - Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Sr. Arnaldo Calil Pereira Jardim, "para prestar esclarecimentos sobre sua atuação nos fatos revelados pela Operação Alba Branca".

Item 19 - Secretário de Estado de Logística e Transportes, Sr. Antonio Duarte Nogueira Junior, "para prestar esclarecimentos sobre sua atuação face às revelações da Operação Alba Branca".

Item 20 - Ex-Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, Sr. Fernando Padula Novaes, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual de Educação para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015".

Item 21 - Sra. Dione Maria Whitehurst di Pietro, Coordenadora da CISE - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares da Secretaria de Estado da Educação, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 22 - Sr. Yuri Keller Martins, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 23 - Sr. Eduardo Araújo de Lima, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 24 - Sra. Dione Moraes Pavan, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 25 - Sr. José Merivaldo dos Santos, vulgo Meriva, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 26 - Sr. Luiz Carlos Gutierrez, vulgo Licá, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 27 - Sr. Luiz Roberto dos Santos, vulgo Moita, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 28 - Sr. Jeter Rodrigues Pereira, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Concedida vista dos 13 requerimentos ao Deputado Mauro Bragato em 11/05/16, ao Deputado Orlando Bolçone em 22/06/16 e ao Deputado João Caramez em 17/08/16.

PARA CIÊNCIA:

- Of. da Câmara de Araçatuba, encaminhando o Requerimento nº 242/16, para que sejam atendidas as reivindicações dos Técnicos da Fazenda Estadual, quais sejam: valorização da carreira; reajuste salarial de 44% (estão sem reajuste há mais de 10 anos e o Governo vem prometendo reajuste desde 2012); definição de suas atribuições; restabelecimento da exigência de nível superior para o cargo de Técnico da Fazenda Estadual.

- 74 emails, recebidos nesta Comissão durante os meses de setembro e outubro, dos conciliadores e mediadores do estado de SP, solicitando que seja aprovada a proposta orçamentária do Tribunal de Justiça, que destinou à categoria R\$165 milhões para fins de abono pecuniário; solicitam, ainda, a apresentação de uma emenda parlamentar ao orçamento de 2017 no valor de R\$5 milhões, para suplementação desse valor.

- Of. 356/16, do Presidente do Tribunal de Justiça de SP (ref. ao PL 675/15, em tramitação nesta Comissão, de autoria do Dep. Aldo Demarchi, que disciplina o uso das denominações "cartório" e "cartório extrajudicial"), solicitando tramitação prioritária para o referido projeto, uma vez que, segundo o Conselho Nacional de Justiça, por não se tratar de órgão do Poder Judiciário, não há como intervir no sentido de disciplinar o uso dessas denominações, que tem sido utilizadas de forma indevida por despachantes e empresas afins.

Debates

20 DE OUTUBRO DE 2016 152ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CARLOS GIANNAZI, LECI BRANDÃO e JOOJI HATO
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia a visita de alunos do curso de Direito da FMU, acompanhados por seus professores; bem como de professoras aprovadas em concurso público da Prefeitura Municipal de São Paulo, mas ainda não convocadas.

2 - LECI BRANDÃO

Elogia a atuação dos deputados federais do PSOL. Aprova a prisão do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Discorre sobre o fato. Afirma que a Justiça deve valer também para os poderosos. Tece críticas à condução prévia da Operação Lava Jato, que considera parcial.

3 - CORONEL TELHADA

Lamenta a morte da policial militar Juliana, que foi baleada em 18/10. Avalia que a legislação brasileira é leniente com criminosos. Defende que políticos desonestos sejam punidos, independentemente do partido a que pertençam. Argumenta que a realidade do País precisa ser transformada.

4 - LECI BRANDÃO

Assume a Presidência.

5 - CARLOS GIANNAZI

Discorre sobre a situação das educadoras presentes, que prestaram concurso público para a Rede Municipal de Ensino, mas não foram convocadas. Crítica o PT por, na prefeitura da Capital, não investir, a seu ver, no ensino público. Teme que o próximo prefeito da cidade, João Doria, amplie a terceirização na área educacional.

6 - JOOJI HATO

Reflete acerca da crise econômica que o País atravessa. Sugere que o Governo contrate mais servidores públicos para atender à demanda da população na área da Saúde. Menciona e discorre sobre leis, de sua autoria, que procuram combater a violência e coibir o consumo de drogas.

7 - CÁSSIO NAVARRO

Crítica os serviços prestados pela Ecovias, responsável pela operação da Rodovia dos Imigrantes. Questiona a realização de "operação comboio" para a descida da estrada, quando não há necessidade aparente. Faz referência à reunião, com representantes do Governo, que tratou da melhoria do serviço de balsas.

8 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

9 - CARLOS GIANNAZI

Expressa preocupação com o estado da Defensoria Pública. Julga que os recursos destinados ao órgão são insuficientes para que ele dê conta da demanda que deveria suprir. Reivindica reajuste salarial para os servidores da entidade e a chamada dos aprovados em concurso para defensor público. Lembra a visita do ex-deputado federal Eduardo Cunha, preso em 19/10, a este Parlamento, ocasião em que manifestantes contrários ao político foram impedidos de protestar.

10 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Convoca sessão solene, a ser realizada em 24/11, às 20 horas, com o intuito de "Prestar homenagem em memoriam ao Doutor Álvaro Lazzarini, com a outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo", por determinação do presidente Fernando Capez.

11 - LUIZ CARLOS GONDIM

Discorre sobre as diversas dificuldades que existem no SUS para o diagnóstico e tratamento do câncer de mama. Diz que não há mamógrafos o bastante para atender a todas as pacientes no estado de São Paulo. Defende que o Governo faça parcerias com o setor privado durante a campanha do "Outubro Rosa".

12 - LUIZ CARLOS GONDIM

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

13 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 21/10, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a sessão solene a ser realizada no mesmo dia, às 10 horas, com o objetivo de "Comemorar os 100 anos do Estádio Urbano Caldeira "Vila Belmiro"". Levanta a sessão.

-Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convindo o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procedê à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença dos alunos do curso de Direito da FMU da cidade de São Paulo acompanhados do Prof. Felipe Moreira, bem como da honrosa presença das educadoras da cidade de São Paulo, professoras aprovadas no concurso público da rede municipal de São Paulo na área da Educação Infantil para as creches. Elas estão com um movimento importante em busca de apoio da Assembleia Legislativa. Tenho certeza de que a deputada Leci Brandão e o deputado Coronel Telhada serão receptivos.

Recebam as homenagens do Poder Legislativo. (Palmas.)

Tem a palavra o primeiro orador inscrito para falar no Pequeno Expediente nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Exmo. Sr. Presidente deputado Carlos Giannazi, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela TV Assembleia SP, quero saudar com muita simpatia e alegria os estudantes de Direito da FMU, que vez por outra nos procuram aqui para fazer TCC. Gosto muito de vocês. Gostaria de uma salva de palmas aos professores e estudantes de direito, pela luta e por tudo que têm feito. Muito obrigada pela presença. (Palmas.)

Deputado Carlos Giannazi, quero parabenizar V. Exa. por que seu companheiro de partido, ontem, no Congresso Nacional, fez um pronunciamento rápido, mas muito eficiente. Gosto muito dos deputados do PSOL que estão lá; são pessoas que conheço. Dê meus parabéns ao deputado Ivan Valente.

A prisão do ex-deputado federal Eduardo Cunha é o assunto do Brasil hoje. Por várias vezes, ocupamos esta tribuna para falar sobre os desmandos que esse deputado cometeu. Lembro, inclusive, que ele foi um dos articuladores do impeachment; e ocupamos a tribuna durante todo esse processo para falar sobre a questão. Ao vermos a justiça sendo feita, temos que ficar felizes porque, afinal de contas, quem tem prerrogativa de opinar sobre a justiça no Brasil tem que fazê-lo. Hoje, não podíamos deixar de ocupar esta tribuna.

Os movimentos sociais e articuladores políticos dizem que ainda é cedo, apontando que essa prisão pode ser parte de um jogo para desfazer a impressão de que a Operação Lava Jato tem sido parcial. Ou seja, a intenção teria sido apenas a de aparentar imparcialidade. Muitos estão apontando que essa prisão é uma estratégia, destinada a prender em breve o ex-presidente Lula e torná-lo inelegível na próxima eleição presidencial. Coincidência ou não, a decisão de prender Cunha acontece logo em seguida à divulgação da pesquisa "vox populi" que aponta Lula em primeiro lugar na preferência do eleitorado.

Outra coisa que nos chamou muito a atenção foi a diferença na Operação ontem. Ao longo das várias fases da Lava Jato, fomos nos acostumando a ver um verdadeiro espetáculo pirotécnico a cada prisão, com direito a estardalhaço por parte da imprensa. Ontem, a prisão do Cunha foi estranhamente marcada pela discrição, por um silêncio ensurdecedor por parte da mídia e do Congresso. Aliás, a deputada federal Alice Portugal fez um pronunciamento nesse sentido, ontem, no Congresso Nacional. Quero mandar um abraço a essa deputada federal do PCdoB da Bahia. Nosso estranhamento aumenta ainda mais quando tomamos conhecimento de declarações de articulistas e jornalistas apoiadores do golpe dizendo que a Justiça não deveria aceitar a delação do Cunha. Quero saber o que essa gente está temendo. Ninguém quer, agora, que o Cunha fale qualquer coisa. Apesar de ficarmos, como se diz no popular, com o "pé atrás" com os fatos ocorridos ontem, devemos reforçar a importância da prisão de homens poderosos que tripudiam sobre os direitos do povo. Afinal, precisamos continuar acreditando que a justiça deve ser para todos, em todos os momentos, em todos os dias.

Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. que é um homem combativo e está sempre aqui defendendo a Educação: é importante que haja essa justiça diante das pessoas que cumpriram seu papel, fizeram seus concursos, foram aprovados e estão esperando os seus direitos. Quero parabenizá-lo pelo seu combate aqui em defesa da Educação e, principalmente, dos professores. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cezinha de Madureira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Aldo Demarchi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Celso Giglio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente Carlos Giannazi, deputada Leci Brandão, funcionários e assessores da Assembleia Legislativa, policiais militares aqui presentes, público presente, sejam bem vindos.

Ontem eu estive nesta tribuna falando do caso da soldado Juliana. Essa menina, na noite anterior, antes de ontem, foi vítima de um atentado quando estava chegando a sua casa. O indivíduo a atacou e deu dois tiros em sua cabeça. Ela teve morte cerebral e, infelizmente, ontem, faleceu e foi sepultada hoje. A soldado Juliana tinha dois anos de Polícia Militar, trabalhava em São Caetano do Sul, mas o atentado foi aqui na zona sul de São Paulo.

Infelizmente é mais uma policial militar que perde sua vida simplesmente por ser policial militar. O indivíduo que a roubou aproveitou-se da situação e levou a pistola que ela portava. Aprovei, tinha um carro na esquina aguardando para dar fuga a esse criminoso e, infelizmente, a soldado Juliana, neste momento, já se encontra sepultada. Temos mais uma família de policiais militares enlutada.

Estamos aqui diariamente concitando nossas autoridades, nossos parlamentares, conversando com os parlamentares de Brasília quanto à necessidade urgente de uma mudança na nossa legislação. Nossa legislação criminal é hipócrita e favorece o crime. O cidadão, hoje, está trancado dentro de casa. Temos várias senhoras presentes na plateia e uma mulher, hoje, não pode sair na rua com uma joia. Uma mulher não pode sair na rua portando seu celular.